

# **MUDANÇA ESTRUTURAL NA IGREJA COMO TAREFA E OPORTUNIDADE**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Angélica Ilacqua CRB-8/7057**

Rahner, Karl

Mudança estrutural na Igreja como tarefa e oportunidade / Karl Rahner ; tradução de Inês Antonia Lohbauer. – São Paulo : Paulus, 2025.  
(Coleção Biblioteca de Teologia)

ISBN 978-85-349-5969-8

Título original: *Strukturwandel der Kirche als Aufgabe und Chance*

1. Igreja católica 2. Eclesiologia I. Título II. Lohbauer, Inês Antonia III. Série

25-5483

CDD 282.08

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Igreja católica

KARL RAHNER

Tradução:  
Inês Antonia Lohbauer

# **MUDANÇA ESTRUTURAL NA IGREJA COMO TAREFA E OPORTUNIDADE**



Todos os direitos reservados pela Paulus Editora. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por meios mecânicos, eletrônicos, seja via cópia xerográfica, sem a autorização prévia da Editora.

Título original: *Strukturwandel der Kirche als Aufgabe und Chance*

© Verlag Herder GmbH - Freiburg im Breisgau 2019

[www.herder.de](http://www.herder.de)

Direitos autorais pertencentes a Karl-Rahner-Stiftung München/Germany  
Kaulbachstrasse 29a, 80539 München, Deutschland

**Direção editorial**

Pe. Jakson Ferreira de Alencar

**Gerência editorial**

Elisa Zuigeber

**Revisão**

Darlei Zanon

Carlos Antônio S. Maia

**Design**

Victoria Cristina Eduardo

**Impressão e acabamento**

PAULUS

1ª edição, 2026



Conheça o catálogo PAULUS  
acessando: [paulus.com.br/loja](http://paulus.com.br/loja),  
ou pelo QR Code.  
Teleendas: (11) 3789-4000 /  
0800 016 40 11

**© PAULUS - 2026**

Rua Francisco Cruz, 229 • 04117-091  
São Paulo (Brasil)  
Tel.: (11) 5087-3700  
[paulus.com.br](http://paulus.com.br) • [editorial@paulus.com.br](mailto:editorial@paulus.com.br)  
ISBN 978-85-349-5969-8

# ÍNDICE

<b>PREFÁCIO .....</b>	<b>7</b>
<b>PRIMEIRA PARTE: ONDE ESTAMOS?</b>	
1. Análise da situação.....	11
2. Igreja do pequeno rebanho.....	23
3. Igreja da não simultaneidade.....	31
4. Igreja da polarização e do agrupamento.....	35
<b>SEGUNDA PARTE: O QUE DEVEMOS FAZER?</b>	
1. Reflexões metodológicas prévias.....	45
2. Igreja Católica Romana .....	55
3. Igreja desclericalizada .....	59
4. Igreja a serviço.....	65
5. Moral sem moralizar .....	69
6. Igreja de portas abertas.....	77
7. Igreja de instruções concretas .....	83
8. Igreja da verdadeira espiritualidade .....	91
<b>TERCEIRA PARTE: COMO IMAGINAR A IGREJA DO FUTURO?</b>	
1. Igreja aberta .....	105
2. Igreja ecumênica .....	115
3. Igreja a partir da base.....	123
4. Igreja democratizada.....	137
5. Igreja crítica da sociedade.....	143
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>155</b>

## PREFÁCIO

O assunto que o autor se propôs a tratar neste pequeno livro já se apresenta por si só no título e nas primeiras páginas. Não precisamos acrescentar mais nada sobre isso. Quando o autor o apresenta ao leitor, este ainda não sabe como se sentirá em relação ao livro. Talvez muitos o considerem “progressista” demais e (eclesialmente) “esquerdista” demais; outros, porém, poderão considerá-lo muito conservador. Muitos dirão que eu também não sei qual será o futuro da Igreja, do qual estou falando. E eles até têm razão, pois não sou nenhum profeta, e, afinal, o futuro da Igreja é objeto do “esperar contra toda esperança” e não um assunto da “futurologia”. Outros dirão que a escolha da temática foi arbitrária, e não acurada. Como podemos contestar isso? Quem faz esse tipo de crítica deve deixar que lhe perguntem se, segundo a sua opinião, a escolha da temática deveria ser mais precisa, e por que sua escolha é necessariamente mais convincente. O autor ficaria espantado com a resposta a essa pergunta. É claro que a temática se restringe a perguntas que, na nossa situação na Alemanha, surgem prioritariamente. Naturalmente o autor também sabe que a temática do livro não se renova por si só, e que seriam necessárias muitas outras reflexões de outros teólogos, cristãos e homens da Igreja. Só assim uma consciência eclesialística coletiva poderá se formar lentamente, porém com clareza, e sob cujas concepções básicas se colocariam hoje as ações da Igreja para o futuro, para que decisões isoladas de certo modo sejam significativamente combinadas, e não “se continue simplesmente fazendo tudo igual”, quando as previsões e o planejamento são possíveis e oportunos para todos os cristãos.

Karl Rahner

## ANÁLISE DA SITUAÇÃO

A pergunta “Onde estamos?” visa a situação histórica e social em que se encontra hoje a Igreja católica, a partir do meio no qual ela vive e precisa realizar sua missão, no qual e para o qual ela precisa tomar suas decisões. Quando tudo o que os sínodos têm para perguntar, para aconselhar e para decidir é uma matéria pastoral e com isso também teológico-pastoral, quando apenas a palavra “teologia pastoral” é compreendida com exatidão e suficiente abrangência, então fica claro, a partir da essência da teologia pastoral, que uma análise da situação teológica como essa deve ser o ponto de partida, explícita ou implicitamente, das reflexões nos sínodos. Uma teologia pastoral só não permanece presa a uma dogmática essencial, a uma teologia moral essencial e aos princípios gerais que fluem diretamente dessas suas disciplinas, quando obtém suas próprias afirmações e decisões sob o pressuposto de todas as disciplinas teológicas essenciais, e sob a sua validação a partir de um conhecimento teologicamente pensado sobre a situação histórica e social da Igreja, na qual hoje e agora ela vive e precisa viver. Sem uma análise da situação como essa, que o teólogo faz a partir de seus próprios princípios e que não pode deixar apenas a cargo das ciências históricas e sociais (por mais que respeite seus resultados, que ele deverá incluir nas suas próprias reflexões), uma teologia pastoral seria um simples pedaço da dogmática e da teologia moral, e além disso uma coleção de receitas baratas para a assim chamada prática, da “experiência” aceita sem críticas, daqueles que remendam esse tipo de “teologia pastoral”. O mesmo vale para uma pastoral, e por isso necessariamente

também para um sínodo orientado pastoral-teologicamente. Ela também não pode simplesmente pressupor que qualquer pessoa, e especialmente padres e bispos, já saberiam por si mesmos, a partir de uma experiência na qual apenas nós mesmos nos confirmamos, em qual situação a Igreja vive hoje, na qual e para a qual ela deve realizar sua missão. Devemos apenas ouvir criticamente como sobretudo os homens da Igreja, bispos e padres, descrevem essa situação, quando eles fazem isso assim, sem rodeios. Uma descrição desse tipo compõe-se geralmente (exceções são aceitas) de duas partes: a descrição de uma situação, realizada por esses homens de forma excelente, na qual eles fazem com exatidão e sucesso o que lhes é exigido, e a descrição de um mundo no qual a fé e a moral são cada vez mais reduzidas, e pelas quais não se faz nada, ou muito pouco. O mundo, o mundo real *no meio disso*, geralmente está ausente dessa descrição, que provém da experiência sem reflexão: o mundo que apresenta tarefas ainda não realizadas pelos homens da Igreja, pois são realmente novas e já oferecem oportunidades de enfrentamento. Como não vemos *este* mundo nitidamente, nossa consciência de uma Igreja concreta é frequentemente uma mistura estranha de um conservadorismo obstinado (sabemos o que devemos fazer, e também o fazemos muito bem) e uma inconfessada angústia (num mundo que, por meio de seu próprio desenvolvimento, oferece cada vez menos chão para um verdadeiro cristianismo, em que, no caso do cristianismo e da Igreja, tudo rola cada vez mais montanha abaixo, sem sabermos ao certo como Deus pode permitir esses tempos tão infrutíferos para o cristianismo, que não nos permitem vislumbrar nenhum final mais claro. Portanto – e isso também está ali, reprimido e inconfessado – só podemos continuar, perseverantes, porque não podemos simplesmente “desembarcar”, e felizmente ainda não devemos esperar que o fim chegue durante nosso próprio tempo de vida). Uma análise da situação teologicamente bem pensada deve estar no início de um sínodo, não importa se é elaborada por ele ou se supostamente já foi executada antes em outro lugar (onde?).



Naturalmente seria um empreendimento absurdo se aqui se tentasse criar, a partir do próprio conhecimento e do próprio poder, tal análise teológica da situação, ou apenas (porque já existente) apresentá-la. Mas deve-se ousar fazer alguns comentários sobre esse assunto. Para mim é indiferente se os historiadores do espírito, os sociólogos e politólogos, os sociólogos da religião, ofendidos ou indignados, identifiquem em mim uma incompetência ou um desconhecimento, ou outros descubram, igualmente desdenhosos, que tudo a ser dito aqui já seria conhecido há muito tempo, e teria sido dito bem melhor em outros lugares. Para mim, nessas reflexões, quando chego à seguinte pergunta: “Como está hoje a Igreja, qual é a sua situação?”, não importa diferenciar exatamente a pura descrição situacional, de determinadas consequências pastorais e pastoral-teológicas que partem diretamente de uma descrição como essa, e que então, na verdade, esclarecem a situação descrita, e por isso também poderão ser abordadas aqui.

Algumas particularidades bem conhecidas dessa situação, de um tipo comum e não apenas religioso-sociológico, serão, em primeiro lugar, mencionadas resumidamente, mesmo que não possam ser teologicamente refletidas aqui, em sua totalidade. Vivemos num mundo em que os antigos espaços históricos, culturais, sociais e políticos, mais ou menos separados, juntaram-se ou estão se juntando numa unidade, de modo que, mesmo concretizados em medidas diferentes, cada um tornou-se vizinho de todos, e por isso a “política externa” de uma “Igreja regional” e sua “política interior” dependem devidamente uns dos outros, e assim quase não podem ser diferenciados uns dos outros. Vivemos num mundo em que a consciência geral da sociedade e de cada um é influenciada profundamente pelas ciências, portanto por todas as realidades históricas, apesar de todas as suas ciências históricas relativizadoras de sua tarefa idiográfica, pelas ciências naturais autônomas, exatas e funcionais, e pelas ciências sociais que pensam de um modo quase científico-natural, empírico. A consciência “metafísica” e religiosa do ser humano só poderá

existir imparcialmente, e ter uma oportunidade de futuro, se assumir uma simbiose imparcial com essa consciência científica e de racionalidade cética, e não colocar Deus ali onde o cientista, com os seus métodos, deveria encontrá-lo, mas não consegue.

Vivemos em tempos de sociedade de massa, cujas autoridades só são compreendidas funcionalmente onde, numa estranha simultaneidade, a liberdade e a sociabilidade tornaram-se conceitos-chave, e se ameaçam e justificam mutuamente. Vivemos num mundo em que o ser humano, nas mais diversas dimensões, tornou-se o objeto de sua própria viabilização e mudança, de modo que quase não se entende mais como uma imagem pronta igual à de Deus, porém muito mais como *aquela* ponto do cosmo, no qual a sua viagem em esboços utópicos começa a se concretizar, rumo ao totalmente incerto. Vivemos em um mundo em que a psicologia profunda descobre abismos no ser humano, que por um lado busca dominar, não por meio de um apelo a uma liberdade racional do sujeito, mas por meio de uma psicotécnica concebida de modo científico-natural; e que, mesmo assim, por outro lado, resolve desintegrar o ser humano nas forças anônimas de sua origem biológica e social. Vivemos em um mundo que é uma sociedade das mídias controladoras, das quais ninguém mais consegue saber exatamente quem as controla. Vivemos em um mundo em que os modelos imaginários, pelos quais o ser humano entende seu próprio ser, tornaram-se móveis e plurais, e assim não se apresenta mais, em nenhum único espaço cultural, uma imagem ideal aceita publicamente e por todos, no qual o ser humano individualmente, com toda boa vontade, possa se desenvolver naturalmente. Finalmente, vivemos em um mundo cuja sociedade é pluralista, isto é, na qual, inclusive nos espaços históricos, não existe mais nenhuma sociedade que mantenha as linhas orientadoras conjuntas e concretas para todos os grupos da sociedade.

Quando, a partir disso, queremos descrever a situação religioso-sociológica da Igreja de acordo com a identificação, até agora resumida, da nossa situação, podemos dizer o seguinte: ainda

existem consideráveis resíduos de um valor socialmente elaborado e em parte também público, na sociedade que mantém o cristianismo tradicional, e que antigamente se apresentava como uma obriedade social e, por isso, só podia ser recusado pelo indivíduo numa descrença que permanecia privativa, ou por meio do perigoso protesto contra a opinião pública homogênea da sociedade. Certamente ainda existem esses resíduos de cristianismo nesse sentido tradicional e elaborado socialmente, e não precisamos nos envergonhar dele; e também não temos a obrigação de desconstruí-los nós mesmos, previa e fundamentalmente, a partir de quaisquer princípios formal-democráticos. Mas são resíduos provenientes daqueles resíduos de um período histórico profano, levados para dentro de nossa atualidade, e dentro dela ainda são, em parte, atuantes. Em sua cultura profana, essa sociedade também era homogênea, hierarquicamente estruturada, possuía uma opinião pública em comum, condicionada à decisão e à determinação da vida individual de um modo muito mais inequívoco do que é o caso, hoje. Por isso é importante ver com clareza que o antigo e homogêneo cristianismo da sociedade como tal era o resultado e o momento de uma unidade e uma homogeneidade da sociedade profana; mas aqui, para nós, não é necessário pesquisar quais eram os motivos e os momentos dessa homogeneidade social profana. O cristianismo homogêneo de nosso Ocidente, ao longo de um milênio, não era o efeito de um milagre da benevolência de Deus, que, diante das causas e momentos interiores atuantes no mundo de uma cultura e uma sociedade profano-homogêneas era externo e suplementar, e também na verdade não constituído pela livre decisão da fé de todos individualmente, que se movia na mesma direção, mas apenas podia ser entendida como milagrosa. O cristianismo homogêneo da cultura e da sociedade antigas era simplesmente um pedaço da homogeneidade da cultura e da sociedade do tipo profano. Ela pode ser interpretada teologicamente como uma graça divina, pelas pessoas daquele tempo que ia passando e em grande parte já no passado, pela qual

Deus situava a também necessária decisão da fé para as pessoas de uma determinada maneira, mas não a reduzia. Certamente não recebemos mais essa graça na medida em que vivemos partindo da peculiaridade de nosso próprio tempo e tomamos a decisão sobre nossa fé, não mais vivendo nosso presente e agindo apenas a partir dos ainda atuantes resíduos de um tempo passado. Não podemos contar com essa “graça” para hoje nem para nenhum futuro previsível, e também não precisamos fazê-lo. A “graça” de uma sociedade cristã homogênea, que por si só disponibiliza todos os prementes padrões cristãos de comportamento, e sob esse aspecto prenuncia a decisão da fé cristã e de certo modo a facilita, nos é negada. Não precisamos ficar lamentando que essa graça da fé externa (falando teologicamente) “medicinal” está desaparecendo, privando-nos cada vez mais de uma cultura e de uma sociedade profano-homogêneas. Pois, num certo sentido, ela esteve, no mínimo, em contradição com a última essência da fé, porque esta representa uma decisão por Deus e seu chamado, que afinal também deve ser tomada num distanciamento crítico do “mundo”, portanto também de uma opinião e um comportamento padrões no ambiente social das pessoas.

Portanto, a situação dos cristãos de hoje, e também da Igreja, é a situação da passagem de uma das antigas Igrejas populares correspondentes às sociedade e cultura homogêneas e profanas, a uma Igreja como aquela da comunidade dos fiéis que, numa decisão de fé mais pessoal e livre, também se afastam criticamente da opinião e da percepção medianas de seu ambiente social, e que também encontram e caracterizam especificamente a verdadeira fé teológica, talvez justamente no interior e por meio de uma relação crítica com sua sociedade e suas forças predominantes. Contra isso não adianta insistir num apego amedrontado aos assim chamados resíduos de uma sociedade cristã homogênea e profana de antigamente, um retrocesso da ação missionária da Igreja ao assim chamado “pequeno rebanho”, que a partir desses resíduos ainda persiste, e com isso oferece uma possibilidade cada vez mais encolhida

de continuar no velho estilo, até que os últimos oásis pequeno-burgueses e camponeses desses resíduos, de uma época histórica que se aproxima do fim, estarão mais ou menos desaparecidos. Naturalmente, com isso não será proibido, mas até oportuno, preservar com todas as forças tudo o que estiver sobrando desses resíduos, e que ainda poderá ser preservado de um declínio muito rápido. Naturalmente, levar adiante o eterno que permanece, que até então se apresentou autenticamente nessas realidades em declínio de uma cultura e uma sociedade religiosas e profanas, sempre será uma tarefa da Igreja, que deverá dar-lhe nova configuração, mais adequada ao presente e ao futuro do que a decorrente de uma ação lenta e constante de fragmentação, e assim levá-lo, de modo eficaz e autêntico, aos tempos que vão chegando.

Mas tudo isso não muda nada no fato de que a nossa situação de hoje, a da passagem de uma Igreja popular sustentada por uma sociedade cristã homogênea quase idêntica a ela, a uma Igreja formada por aqueles que, em contradição a seu entorno, abriram caminho a uma decisão de fé responsável, pessoal, clara e refletida. Uma Igreja como essa será a Igreja do futuro, ou não seria mais. Mas como acreditamos na permanência da Igreja no mundo e na História, esperamos que essa permanência também ocorra na história de *nosso* povo, porém com o empenho de obtermos o maior número possível de membros dessa Igreja, portanto, sem assentarmos nossa esperança confortavelmente sobre um montinho chamado Igreja, deixando nossa confiança no sota-vento da História e da sociedade. Por isso a clara, franca e arrojada suposição dessa situação é uma pergunta fundamental à Igreja de hoje e aos sínodos. O que resulta disso para a autoimagem da Igreja em termos de consequências concretas, deve ser pensado mais tarde, detalhadamente. Aqui devemos, em primeiro lugar, descobrir com mais clareza qual é a situação em si. Essa muitas vezes alegada redução da cristandade e da fé não é uma ação nem um efeito de poderes obscuros, e nem, em primeiro lugar, o declínio de uma fé verdadeiramente absoluta, necessária e terapêutica (se e até onde ela existe

nem podemos saber) mas o declínio dos pressupostos daquele tipo de fé e cristianismo bem-determinado, existente naquele contexto social e nem um pouco idêntico à essência em si da fé e do cristianismo, e que hoje estão declinando e, portanto, não podem ser postulados como permanentes, porque não são o necessário pressuposto de um cristianismo verdadeiro e eclesialístico.

Poderíamos descrever essa situação de transição com mais exatidão do que seria possível aqui. Na caracterização dessa situação, deveríamos incluir todas aquelas peculiaridades que citamos antes, de forma resumida. Então mais uma vez diríamos que o cristianismo e a Igreja viveriam hoje, e mais ainda amanhã, em uma situação na qual o geral e o público da consciência marcada pelas ciências empíricas e seus métodos não conhece nenhum mundo no qual Deus aparece como uma única realidade entre outras, no qual, em um sentido bem determinado, ela é ateuista, mas sem excluir verdadeiramente a fé e a relação com Deus. Poderíamos dizer que essa situação renega todas as institucionalidades religiosas de um óbvio nimbo do sagrado, do tipo tabu, e que, diante disso, a contestação e a indiferença desde o início deveriam aparecer como reprováveis ou socialmente indevidas. Seria mais claro se essa situação, a longo prazo, trouxesse à tona uma a-religiosidade, que não estivesse mais diante da alternativa de fé ou nenhuma fé, ou individualmente e na sociedade eclesialística exigisse uma formação sempre nova de fé a partir de seus últimos motivos, que não pudesse mais se apoiar em suas objetivações já previamente existentes e socialmente absorvidas. E por isso também está frente a frente com muitas dessas objetivações do tipo teológico, ritual, eclesialístico-institucional, porém com mais indiferença do que naqueles tempos, nos quais essas objetivações tinham um valor indiscutível na sociedade. Essa situação poderia ser caracterizada, pelo fato de autoridades pessoais e representativas (cargos, funções, escrituras, revisões cristã-eclesialísticas de eventos vitais especiais, por meio de batismos infantis, primeiras comunhões, enterros cristãos, etc.) só então poderão conseguir ter uma validade quando, por um lado,

a partir da última experiência de vida e de Deus, sejam sempre justificados de novo e ao mesmo tempo tenham um efeito abençoado para as pessoas do dia a dia de um modo empiricamente palpável e realmente compreensível.

Também vivemos em uma situação na qual, devido ao conhecimento da história da religião em geral, a revelação histórica como fundamentação da fé não pode mais ser entendida tão facilmente como um evento regional e temporalmente limitado na história, como era possível antes, de forma imparcial e ingênua. Porém, essa situação da Igreja e da fé já deve ter existido antigamente como uma situação individual especial. Hoje, apesar de atuar de um modo diferente e com uma intensidade diferente em geral, ela se tornou uma situação da sociedade em que cada indivíduo participa da decisão.

A caracterização da situação da Igreja alemã poderia certamente ser completada e aprofundada em diversas direções. Mesmo assim ela já me parece ser suficientemente significativa. As consequências em si dessa situação de transição devem ser melhor pensadas mais tarde, mas para que essa caracterização de nossa situação, apenas esboçada, não pareça óbvia ou infrutífera demais, seria bom já dizermos o seguinte: no geral diríamos que o serviço em nossa Igreja e os bons e diligentes cristãos que participam dele não querem admitir, numa medida suficiente, essa situação de transição. Entre nós, a tendência básica é a defesa do que é herdado, não a previsão de uma situação que ainda vai chegar. Muitas vezes dizemos que, em primeira linha, a função que vem com os cargos é defender o já existente, conservando-o. E o que está chegando, o novo, a ser criativamente configurado, deverá ser entregue a outras forças da Igreja. Como descrição do factual, isso deve ser correto. Os detentores de cargos, que naturalmente também são pessoas limitadas e pecadoras, não conseguem evitar a influência disso na gestão de seu cargo, eles defenderão o existente, porque nele também se justificam e se defendem. Mas os detentores dos cargos na Igreja, como tais, ao lado de uma